



a conversão da mulher em mãe: uma leitura do "a mãe de família"

Sonia Maria Giacomini*

RESUMO - Dirigido às "senhoras brasileiras", o jornal "Mãe de Família" (RJ, 1979-1888) veicula matérias de cunho ético-normativo nas quais a aparente centralidade da criança é acionada para permitir a emergência da categoria mãe. O processo de individualização no interior da família e o acesso à valorização social encontram-se para a mulher inextricavelmente ligados à maternidade entendida como um conjunto de devedes de mãe. A emergência da identidade mãe redefine um conjunto de relações e constitui o eixo sobre o qual se erige uma nova família. No "Mãe de Família" encontra-se construído um modelo de mulher no qual as recorrentes diferenciações entre senhora e escrava/proletária sugerem que, apesar de modelo que se pretende universal e validável para todas as mulheres, ele se constitui, na realidade, em apanágio da mulher das camadas dominantes, oferecendo-se, portanto, também como marca de diferenciação social e cultural.

1. APRESENTAÇÃO

Dentre os órgãos da imprensa carioca da segunda metade do século XIX que serviram de fonte para uma pesquisa realizada entre 1980 - 1982 sobre a situação da mulher escrava (Giacomini, 1982) despertou-me particular interesse o jornal "Mãe de Família". Apresentando um discurso dirigido explicitamente à mulher - à "senhora" - o "Mãe de Família" oferece elementos para uma reflexão acerca da construção da identidade mulher na sociedade brasileira do final do século passado.

* Professora do Departamento de Sociologia e Política - PUC-RJ e Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional - UFRJ.

No âmbito desse artigo pretendo me interrogar sobre o que define e identifica a mulher neste discurso, sobre os pa râmetros e referenciais demarcatórios a partir dos quais se estrutura um discurso sobre mulher que se quer também discur so modelar para as mulheres.

Estas novas perguntas impuseram uma volta à fonte, exigindo seu reexame sistemático. Na coleção disponível na Seção de Obras Raras da Biblioteca Nacional selecionei, então, os números editados no ano de 1879, tanto por ser o ano de fundação do jornal quanto por acreditar dispor aí de uma mostra bastante representativa das idéias veiculadas pelo "Mãe de Família" (M.F.) até sua extinção, em 1888.

Embora tenha o M.F. saído quinzenalmente e de forma regular na cidade do Rio de Janeiro durante dez anos, não foi possível encontrar informações suplementares a seu respeito, nem mesmo em conhecida obra dedicada à história da imprensa no Brasil (Sodré, 1966). Por outro lado, em nenhum dos números do jornal encontrei referências à tiragem, à forma de circulação ou venda, a repercussões da publicação na sociedade da época, etc. Na ausência destas informações, inclino-me a pensar que o M. F. não se diferenciava muito da infinidade de pequenos periódicos que circulavam então, com público extremamente restrito, embora tenha a seu favor regularidade e longevidade dignas de nota.

De qualquer maneira, seu interesse reside menos no eventual impacto que teve durante sua publicação que no fato de constituir-se num autêntico ancestral da chamada "imprensa feminina", difusora de discursos dirigidos ao "público feminino", geralmente com cunho pedagógico e normativo - imprensa que vem sendo, hoje, objetivo de atenção e estudo (V., por exemplo, Lustig, 1981).

Surgido em 1897 e extinto em 1888, o M.F. é publicado num período caracterizado por profundas transformações sociais. Assiste-se, então, à saída de cena da escravidão, já anunciada e preparada de longa data pela proibição legal do tráfico negreiro (1830) e sua efetiva suspensão (1850), pelas leis do Ventre Livre (1871) e dos Sexagenários (1875), bem como pelo avanço do abolicionismo (sobretudo nos anos 80).

Assim, enquanto vive o M.F. acirra-se o debate em torno da questão do "trabalho livre", que se desenrola, segundo Hasenbalg (1979), sob um clima de pessimismo racional generalizado. Ao mesmo tempo, verifica-se a consolidação do higienismo, tematizando, entre outras, as questões do "aprimoramento



da população" e da "melhoria da raça brasileira".

Pois bem, é nesse contexto de transição que surge o M.F., "jornal científico, literário e ilustrado", totalmente dedicado "às dignas senhoras" que são ou serão "mães de família" (Dr. Carlos Costa, "Editorial", M.F., nº 1). E surge de uma necessidade:

"a necessidade de fazer a salutar propaganda em nossas esperanças para o futuro engrandecimento de nossa Pátria" (Dr. Carlos Costa, "Palestra do médico", M.F., nº 1).

Seu principal redator e editor é o Dr. Carlos Costa, que, como informa invariavelmente a página comercial, é médico "especialista em moléstias de crianças, atendendo regularmente em seu consultório na cidade do Rio de Janeiro". É ele quem assina a única seção permanente - "Palestra do médico" (P.M.) - e grande número de artigos. O M.F. conta igualmente com a colaboração de outros médicos e articulistas, além de utilizar traduções de textos e pareceres de médicos franceses. Dentre estes últimos, caberia destacar o Dr. Brochard, sobretudo por que o Dr. Carlos Costa declara inspirar-se o M.F. no jornal por ele publicado em Paris - "La Jeune Mère" (1).

Este trabalho vai dividido em quatro pequenas partes. Na primeira - "A criança e o nascimento da mãe" - busco indicar de que maneira a aparente centralidade da criança no discurso do M.F. é acionada para permitir a emergência da categoria mãe. Na segunda - "Deveres de mãe" - tento destacar alguns elementos que aparecem como constitutivos da natureza materna. Na terceira parte - "A mãe de família" - discuto os mecanismos através dos quais a identidade mãe-mulher é redefinidora de um conjunto de relações e, em particular, da relação marital, lançando as bases da nova família - a família higiênica. Finalmente, no que chamei abusivamente de "Conclusão", alinhavo algumas reflexões sobre as oposições que sustentam a identidade de mulher no discurso do M.F., atentando sobretudo para a eficácia deste discurso numa sociedade marcada pela escravidão.

2. A CRIANÇA E O NASCIMENTO DA MÃE

"A felicidade de uma nação depende da aptidão de seus habitantes, não só aos trabalhos intelectuais, como ao trabalho físico e este resultado não se poderia obter se não houver saúde".

Eis c que afirma o Dr. Carlos Costa no editorial no edi-

torial de apresentação do jornal. O problema, prossegue ele, é que em nosso país tal objetivo estaria seriamente comprometido.

"Um país tão novo como o nosso, que se diz tão adiantado materialmente, está entretanto em uma perigosa marcha para a decadência física dos homens. Estão eles quase aniquilados no físico como no moral, fatal consequência. É triste dizer-se, mas é certo, sob o ardente sol intertropical, em uma terra onde a Natureza derramou a grandeza e a opulência são somente maus os homens" (Dr. Carlos Costa, "Editorial", M.F., nº 1).

À natureza exuberante e rica são contrapostos homens marcados por uma "fraqueza de constituição". Mas esta "fraqueza" não se explica - como entre aqueles que atribuem a origem de nossos males a uma caracteriologia racial - por uma constituição originalmente má de nosso homem; ela não é senão o resultado indesejável de um modo de tratar as crianças, que as desconhece - ou melhor, que desconhece a criança enquanto um vir a ser homem, digo cidadão.

"...o mal de onde vem? Desde o berço, minhas senhoras. É esquecida, abandonada ou melhor ignorada a maneira de formar-se o homem não cuidando-se seriamente da criança" (idem).

A criança é, portanto, o referente a partir do qual se elabora o discurso, sustentado numa associação criança-sociedade (nação). Mas nem a criança, nem a nação configuram o verdadeiro campo de intervenção a ser privilegiado. O campo destacado é a família, de quem dependerá, em primeira e última instância, evitar a "perigosa marcha para a decadência física dos homens".

"A criança quer seja nascida entre o damasco e a seda, quer seja oriunda dos desprotegidos da sorte, quer tenha visto a luz entre as douradas paredes de um palácio ou entre os cafezais de uma fazenda, na maior parte das vezes é entregue aos caprichos da natureza que nem sempre é providente" (idem).

A criança não aparece como agente de práticas, mas como objeto - vítima - que reflete a prática de outros que sobre ela incide. Desta maneira, a crítica às condições que cercam a infância tem um alvo preciso: as maneiras e modos de proteção e socialização da criança por que são responsáveis os adultos.

Se a criança é apenas aparentemente o centro do discurso, se é o adulto o verdadeiro objeto, não é, no entanto, o



adulto em geral o responsável pelo "abandono da infância" e suas funestas conseqüências. A mulher aparece exatamente aí, destacada como figura de proa, encarregada natural dos cuidados com os filhos. É o que fica claro em outra passagem, onde está dito por que a criança encontra-se entregue aos "caprichos da natureza":

"as mulheres em nossos país não cumprem tanto quanto deviam os sagrados deveres de mãe" (idem).

E aqui vê-se de que maneira a posição central ocupada pela criança não funciona senão como 'démarche' que permite fazer surgir em cena as mulheres. E não apenas as mulheres, mas muito precisamente a mulher-mãe.

Apreendida exclusivamente sob a ótica da principalidade da criança, a mulher só pode aparecer em sua qualidade relativa, de mãe. Em outras palavras: a identidade mulher, construída a partir da criança, está inexoravelmente ligada à maternidade.

"Umás por vaidade, outras por pobreza e finalmente muitas por ignorância não cumprem a sua missão sublime, a única que lhes foi confiada: a da maternidade" (idem).

Qual o significado desta "única missão"? Em que consiste o ser mãe? A resposta encontra-se abundantemente repetida e reiterada no M.F., que apresenta incansavelmente não apenas o que entende por ser mãe, como empresta a seu discurso um inequívoco e auto-proclamado papel pedagógico. O mesmo editorial de apresentação define o objetivo do jornal da seguinte maneira:

"mostrar, baseados na experimentação e na prática de todos os homens de ciência, o caminho errado que as senhoras seguem em geral para o fim almejado; tudo fazer para convencer dos inconvenientes e prejuízos dos erros aceitos pelas senhoras, etc, será cumprir um dever. (Assim compreendem as dignas leitoras que é a consciência de dever que nos anima a um cometimento acima de nossas forças)" (idem).

O recurso - argumento de autoridade - à ciência, mais além do curioso apelo à "prática e experimentação" dos "homens de ciência", apenas vêm engradecer a tarefa: saber o que é ser mãe é praticamente um dever de ensinar a ser mãe. Como, num verdadeiro contraponto, o ser mãe é também, intrinsecamente, o dever ser mãe.

É isto que permite que, embora crítica implacável a algumas práticas das "senhoras", o M.F. se apresente enquanto discurso positivo. Do fogo cerrado que atinge famílias e mulheres, emerge um modelo de mulher e de família. E se o ser mãe é o dever ser mãe, o modelo será construído a partir da identificação de um conjunto de deveres de mãe. Ser mãe é, simplesmente, cumprir os "sagrados deveres de mãe".

3. DEVERES DE MÃE

Uma primeira idéia a ser destacada é que os deveres de mãe não se associam principalmente à geração, não se vinculam prioritariamente à procriação. A explicação talvez se deva a que

"é raro encontrar-se uma esposa que não suplique aos céus a ventura de ter um filho" (Dr. Carlos Costa, P.M., M.F., nº 1).

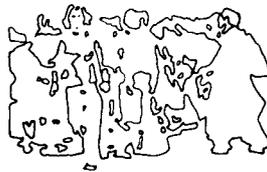
O ser mãe não se constrói, então, em primeira instância, na polaridade procriar x não procriar, ter filhos x não ter filhos. Pelo contrário, o ser mãe aparece em oposição ao ser mera genitora, em negação à realidade daquelas

"que de mãe sô têm o nome sem possuírem entretanto a seriedade, as boas qualidades e sobretudo o coração" (Uma Mãe, "Seremos verdadeiramente boas mães", M.F., nº 5).

Seriedade, boas qualidades e, sobretudo, coração: amar o filho é a primeira marca da identidade da mãe, o primeiro divisor de águas entre mãe e genitora.

"Seremos verdadeiramente boas mães? ... esta questão pode parecer inútil, extravagante, senão mesmo absurda a muitas jovens que de mães sô têm o nome. Quereis um exemplo dessas mães? Eis aí: uma menina de 4 anos está em um jardim, sua mãe lê gravemente e sô lhe responde por monossílabos, sem dúvida para não comprometer sua dignidade e parece somente ocupada com o romance que devora ... Oh! a pena cai-me das mãos quando penso que é preciso dizer: - Amai a vossos filhos!" (idem).

Parece, pois, que para ser mãe é necessário galgar um grau acima do simplesmente natural - gerar um filho - e incorporar marcas não naturais: seriedade, boas qualidades, coração, enfim amor. Mas se, em razão desta distinção, é necessário lembrar à genitora de ser mãe - isto é, amar os filhos -, em outros momentos o que se enfatiza é o caráter inato, natural, destas mesmas virtudes:



"a mulher já nasce com o sentimento que mais tarde se desenvolve" (Dr. Carlos Costa, P.M., M.F., nº 1).

Processo de naturalização daquilo que se afigurava como distintivo social do ser mãe, em oposição ao estado natural de genitora: também o amor materno é natural, potência inata que se desenvolve.

Mas a coisa nunca fica muito clara, numa ambigüidade que, em certo sentido, constitui característica do discurso.

"É triste, mas é verdade! É muito preciso que seja despertado esse sentimento que deveria ser inato" (Dr. Carlos Costa, P.M., M.F., nº 8 - o grifo é meu).

Alternadamente, o amor materno é atributo natural ou produto de uma prática pedagógica (médico-pedagógica). Em outra passagem, notável deste ponto de vista, a contradição é resolvida admiravelmente: o sentimento é afirmado como natural, mas dependente, para se atualizar, de instrumentos ou, mais precisamente, conhecimentos, um saber.

"as mulheres em nosso país não cumprem ... os sagrados deveres da mãe ... não queremos entretanto com isso dizer que nos corações das senhoras Brasileiras não se agite esse sentimento indizível chamado: amor materno, não, é que lhes faltam conhecimentos especiais que antes de tudo lhes deveriam ensinar" (Dr. Carlos Costa, "Editorial", M.F., nº 1) (2).

A ambigüidade aqui focalizada tem uma eficácia: ela permite articular o ser mãe e o dever de mãe. O natural, o "inato" fundam o ser mãe; o desenvolvimento do "inato" e, sobretudo, o despertar do que "deveria ser inato" - portanto, corrigir a natureza - atualiza o dever de mãe. Desta forma, o dever de mãe pode aparecer simultaneamente como natural e como dever de reconstituir um natural que, por qualquer razão (aberração), não se manifesta.

E assim estabelece-se a conciliação entre: a) o fundamento natural que se invoca para a norma e, b) o explícito sentido normativo (pedagógico, mesmo) do discurso em que aquele fundamento é invocado.

Por ora, importa ressaltar que nos dois diferentes contextos em que aparece, o amor materno constituirá a pedra de toque, o valor que aciona outros valores. Exemplar, sob esta ótica, a passagem em que é sublinhada sua propriedade em congregar a criança, a mãe, a família, a sociedade e a humanidade num único interesse:

"por toda a parte em que têm sido desconhecidos o amor mater no e os direitos da família, os interesses da humanidade e da sociedade têm sido comprometidos" (Dr. Brochard, "O amor materno", M.F., nº 16).

Conclamada a ser mãe em nome da natureza, convocada a cumprir seu dever de mãe em nome das carências desta mesma natureza, a mulher se defronta com deveres de mãe que são não apenas enunciados como elementos de sua identidade, mas que além de enunciados são hierarquizados. Quanto mais "natural" se apresenta um dever de mãe, tanto maior sua importância e mais forte sua marca na identidade ser mãe.

Em primeiríssimo lugar encontra-se a amamentação:

"Há deveres de tal ordem impostos pela própria natureza, que a não serem cumpridos, colocam as mulheres em condição inferior à de outros animais. A organização anatômica da mulher bem lhe indica qual o papel que lhe traçou o criador, o de ser mãe! A vida de um ente no seio da mulher durante nove meses, os sofrimentos e angústias por que ela passa para que esse ente venha à vida exterior, também lhe demonstram que há mais alguma coisa a fazer, para que seja completo o seu dever. Se a mulher nasceu para ser mãe, se durante nove meses ela re parte seu sangue com o embrião; depois com o feto e mais tarde com o filho, por que não continuará ela a dar-lhe esse mesmo sangue que a natureza transformou em um líquido, contido em seus seios sob o nome de leite?!" (Dr. Carlos Costa, P.M., M.F., nº 8).

Amamentar é um dever que merece absoluto destaque, constituindo, segundo o Dr. Brochard, "a primeira lei do amor materno" e "sua mais bela expressão" (M.F., nº 16).

Se o dever de amor materno é o que distingue a mãe daquelas que "de mãe só têm o nome", e se o dever de amamentar é a primeira lei do amor materno, nada mais lógico que o exercício da amamentação passe a critério fundamental na distinção entre mãe e não mãe.

"Não serão supérfluas as palavras daqueles que repetirem que não será verdadeiramente mãe a mulher que não aleitar seu filho" (Dr. Carlos Costa, P.M., M.F., nº 8). (3)

O Dr. Carlos Costa lamenta-se de que tenha de ser ensinado às mulheres um "dever tão natural" (sic), que tenham que ser as mulheres chamadas a suas responsabilidades para executarem



"atos naturais, dependentes de leis fisiológicas que quando são invertidas merecem bem o título de aberrações" (idem).

E acrescenta:

"Se a ovelha, a cabra e outros animais o fazem, sem que ninguém lhes tivesse aconselhado, por que será preciso que se diga à mulher, que tem a felicidade de possuir uma inteligência: não serás verdadeiramente mãe sem que aleites teu filho... Sim, minhas senhoras, é ainda muito necessário que se ensine à mulher o que é ser mãe" (idem).

Hã, diz o doutor, uma enorme quantidade de maus hábitos, costumes e práticas nefastas que impedem a mulher de ser mãe.

"Nunca será demais repetir que a verdadeira alimentação nos primeiros anos é o leite materno. Entretanto a negligência, o egoísmo, a indolência, a servil submissão às etiquetas sociais, a vaidade e o luxo impedem as mães de cumprirem o sacrossanto dever que lhes é imposto pela natureza" (Dr. Carlos Costa, P.M., M.F., nº 9).

E apoiado na natureza, armado da higiene, o médico pode partir à luta contra tudo o que é anti-natural, tudo o que contraria o dever de ser mãe:

"As senhoras não se vestem, não se alimentam, segundo os sábios preceitos da higiene ... É coisa sabida que as senhoras brasileiras quer antes, quer depois de casadas, pouco cuidam da alimentação ... Sabem V.V.E.Exs., que o sempre condenável colete, com a sua incalculável constrição, até disforma os seios, cuja conformação é absolutamente necessária para a perfeita sucção da criança. Entretanto, seria bem mais fácil o uso de vestidos largos, que não embaraçassem o natural desenvolvimento dos seios ... Ora, o que acontece é que se tornaram débeis e assim impossibilitados de cumprirem os elevados misteres do aleitamento" (Dr. Carlos Costa, P.M., M.F., nº 9).

Faltar ao dever de amamentar por alimentação inadequada ou por priorização dos "prazeres mundanos" (4) não significa apenas negar ao filho seu nutriente "natural". Há também um outro aspecto: o moral.

"Quanto ao físico, tudo depende da qualidade do leite, sua abundância e método na sua administração. Quanto ao moral, é fato, de cuja exatidão estou convencido, que as crianças adquirem o gênio, o caráter das mães ou das amas desde os primeiros tempos da vida" (idem).

O aspecto moral permite trazer à cena uma outra personagem, que na verdade constitui-se em autêntico obstáculo ao ser mãe, a ama-de-leite, geralmente escrava:

"em nosso país, onde para tudo somos fáceis ... entregam-se com toda a liberdade a criança às amas, negras africanas, estúpidas, cheias de vícios, sem carinhos, etc, o que faz com que as crianças facilmente adquiram esses vícios, tornam-se impertinentes, etc, etc." (idem).

O valor positivo da amamentação se destaca pela contraposição ao valor negativo da amamentação pela escrava. E, assim, a ama se apresenta duplamente como antítese da mãe. Numa primeira antítese, explícita, porque ali onde está presente a ama, está ausente a mãe; e ali onde está presente a mãe, está ausente a ama. Por outro lado, a segunda antítese, não explicitada, obscurecida mesmo, decorre de que a ama é aquela mulher que, negando o seio a seu filho para oferecê-lo ao filho de outra mulher, nega-se a ser mãe.

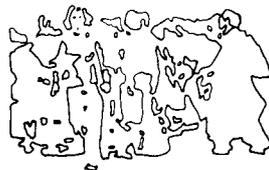
Concentremo-nos, por ora, na primeira antítese. Junto com o leite a escrava transmitiria, inocularia seus "vícios", sua "estupidez"; ou seja, tudo aquilo que é exatamente o contrário ao que transmite a mãe, posto que:

"ser mãe é amar o filho com inteligência e saber, vigiá-lo com toda a solicitude desde o nascimento, não deixando a outrem o doce dever de formar seu coração e de despertar sua consciência" (Uma Mãe, "Seremos verdadeiramente boas mães?", M.F., nº 5).

De fato, amamentar não é senão a "primeira lei" do dever de amor materno ... e se ser mãe é cumprir um "sagrado", "sa crossanto", "natural" e "doce" dever, ou melhor conjunto de deveres, é também cumpri-los integralmente, a todos. E aí surge o que se poderia considerar como segunda lei de amor materno: a proteção, ou mais precisamente, a vigilância:

"a atenção e os cuidados de uma mãe para seus filhos não deverão ser desviados um só instante" (Dr. Carlos Costa, P.M., M.F., nº 9).

Ser mãe é vigiar incessantemente o filho, a fim de protegê-lo dos "perigos da rua", dos "acidentes", do "frio", mas sobretudo da irresponsabilidade e imoralidade de amas e criadas. Se as crianças sofrem acidentes por falta de cuidados, de quem é a culpa?



"Das mães que são pobres. Mas infelizmente não é somente entre as famílias desprotegidas da sorte que esses fatos se dão e se reproduzem ... Mesmo entre as abastadas, entre nós é tão comum essa confiança que se deposita nas criadas, que não há verã quem não tenha tido oportunidade de ver uma criancinha caminhar só pela rua, enquanto a criada ou pagem entretém-se com a parceira a dar e receber notícias do que se passa no interior de nossas famílias. Outras vezes contra a moral e a higiene vê-se uma menina interessante e bem vestidinha no colo de algum beerrão de venda, enquanto a aia conversa com o vendilhão ou o caixeiro ... Quantas vezes nos são ocultas as prováveis causas de sofrimentos diversos nas crianças" (Dr. Carlos Costa, "Os acidentes nas crianças", M.F., nº 8).

Note-se como a ama, de obstáculo passivo ganha já um comportamento menos neutro, aparecendo quase como um verdadeiro inimigo do ser mãe: o uso do termo "parceira" (sublinhado) com o significado de "comparsa", o detectar de atitudes de "espião". Isso fica mais evidente na passagem seguinte:

"muitas dessas criaturas, com o nome de aias, mucamas, damas de companhia, etc, etc, que existem em todas as famílias devem ter em suas consciências muitas culpas, devidas ao desma zelo, à incúria, e quiçã, ao crime" (idem - o grifo é meu).

A guerra declarada à ama desempenha, sem dúvida, papel estratégico na conversão da mulher em mãe (5). A ama interpõe-se não apenas ao dever de amamentar, como também ao dever de vigiar, fazendo a criança correr todos os riscos possíveis e imagináveis, físicos e morais.

Eliminada a ama, caberã à mãe amamentar e vigiar o filho. Mas também no modo de fazê-lo deverá estar impressa a marca que distingue mãe e ama. Ou seja, não basta amamentar: ser mãe é amamentar de determinada maneira.

"Desde logo, minhas senhoras, deveis estabelecer um regime invariável para a amamentação, sem o qual tereis de passar por muitos incômodos. Este regime é o seguinte: a criança não deverá mamar senão de 2 em 2 horas durante o dia, e 2 a 3 vezes durante a noite ... Estabelecida a norma que indiquei tudo irá bem" (Dr. Carlos Costa, P.M., M. F., nº 8).

Controlado o tempo e os ritmos, impõe-se controlar igualmente o humor:

"Não serão precisas muitas minuciosidades para fazer compreender que as senhoras que criam deverão ter absoluto sossego de

espírito. Tem-se referido casos de crianças serem vítimas de afecções intestinais e mesmo convulsões por terem mamado o leite das mães ou amas, logo depois de um acesso de cólera, ou depois de uma forte emoção" (Dr. Carlos Costa, P.M., M.F., nº 9).

Ser mãe é, pois, não apenas aleitar o filho, mas aleitá-lo em determinadas horas, com determinado estado de espírito. E quanto aos outros cuidados, as marcações vão-se acumulando: como vestir a criança e preparar seu leite (Dr. Carlos Costa, P.M., M.F., nº 1), como exercitá-la (Dr. Carlos Costa, P.M., M.F., nº 7), como diverti-la (Dr. Carlos Costa, "As festas", M.F., nº 7), etc.

Em todos os casos, a execução destes cuidados incumbe exclusivamente à mãe. Somente em situações muito especiais se admite a intervenção de ama; por exemplo, quando a criança

"aborrecendo as comidas de que fazia uso e já tendo-se tirado o seio irá se enfraquecendo por falta de alimentação. Nestas condições o verdadeiro remédio é dar-se-lhe uma outra ama" (Dr. Carlos Costa, M.F., nº 16).

Mas mesmo estas concessões por razões médicas vêm acompanhadas de uma advertência - ou reprimenda - quanto ao momento adequado para o desmame.

"Estes fatos comumente observados deverão vos fazer refletir sobre o que vos disse a respeito da época de desmamar. O único verdadeiro alimento da criança desde que nasce até a saída do último dente da primeira dentição, deve ser o leite materno" (Dr. Carlos Costa, P.M., M.F., nº 8).

Suspeita de ser, por sua negligência ao precipitar o desmame, a responsável pela criação de situações emergenciais em que a adoção de uma ama se impõe para salvar a criança, a mãe é chamada a seus deveres, para, ainda e sempre, vigiar o filho - no caso, vigiando a ama (6).

"A ama não deverá ser arredada um só instante, se for possível, de vosso lado, por melhor que ela pareça ser não lhe depositeis plena confiança. Sabeis muito bem quantas desgraças se têm dado por descuidos" (Dr. Carlos Costa, P.M., M.F., nº 11).

Mas quando a presença da ama é admitida no âmbito da relação mãe-filho, aparece de forma mais aberta a segunda antítese mãe X ama a que fiz anteriormente rápida referência. A



ama aceitável por uma mãe é aquela que não é mãe, isto é, aquela que aceita abandonar seu próprio filho. A atualização da identidade mãe de uma lado é a impossibilidade desta mesma identidade do outro lado.

"Antes de tudo deverei vos dizer que é extremamente inconveniente para o bem estar de vossos filhos e o vosso sossego alugardes ama com filho. Bem compreendeis quanto difícil é a posição da mulher que tem de repartir seu leite com o filho de outra! Qual será o preferido, será preciso perguntar? (idem).

Para ser mãe, para poder cumprir seus deveres de mãe, as mulheres precisam receber uma educação. Isto porque, a diferença daquela "que de mãe só tem o nome", da "que abandona seus filhos a mãos mercenárias e abdica e desconhece os seus deveres mais imperiosos" ("A família", M.F., nº 13), a mãe não deve transmitir somente a vida, porém "suas inspirações e sua alma" (idem).

Em outros termos, colocada também como transmissora de determinados valores e conceitos, o ser mãe pressupõe uma preparação adequada:

"(se) a mulher de nossos dias é uma companheira e amiga que dá à família seu coração e sua educação, tem direito a todos os ensinamentos que elevem sua moralidade e inteligência" (idem).

Estes ensinamentos não são ensinamentos quaisquer, esta inteligência não é uma inteligência qualquer. Trata-se de ensinamentos para conformar a inteligência adequada ao desempenho do ser mãe, e que, nessas condições, não venham

"abalar por excesso de aplicação sua constituição e forças... Seria de lamentar que a mulher fosse exposta a um tal perigo. A modéstia, a calma e a simplicidade são as condições mais felizes do seu bem estar e do futuro de sua descendência" (idem).

Nessa verdadeira economia de educação feminina, há um objetivo estritamente definido:

"formar mulheres dignas da importância de seu papel, onde a dignidade, as nobres afeições e as satisfações do dever e dos serviços prestados, ocuparão justamente o primeiro lugar" (idem - o grifo é meu).

Amar o filho, amamentá-lo, vigiá-lo ... ser mãe é também

"formar seu coração e despertar sua consciência"; e nos vemos, então, face ao dever de educar.

"Pensando nós, e por tantas vezes tendo enunciado a nossa opinião sobre o papel principal da mulher na vida, isto é, o de ser mãe, não queremos que ela seja mãe unicamente para amamentar seus filhos. Não. Esta é a educação física que lhe exige a sua organização, que lhe impõe a natureza, mas não é tudo. O leite do espírito, permitam assim dizer, também deve ser dado pela mãe. Assim como ela deve ser a única ama, também deveria ser a primeira mestra" (Dr. Carlos Costa, "A educação na primeira infância", M.F., nº 13).

4. A MÃE DE FAMÍLIA

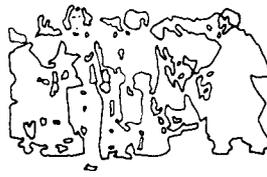
Se, como afirmei anteriormente, a centralidade aparente da criança no discurso do M.F. não é senão mecanismo de explicação dos deveres de mãe, nada mais explicável que a maioria dos artigos seja consagrada à identificação destes deveres, sua especificação, descrição, análise. Mas o ser mãe, o cumprir os deveres de mãe se realiza numa esfera determinada, único locus em que é possível exercer a maternidade: a família.

Ser mãe é estabelecer uma relação com o filho no espaço da família, espaço no qual está presente uma terceira personagem - o homem, o chefe de família. Identificada enquanto mãe pela sua relação com o filho, a mulher é identificada em quanto esposa-mãe de família também pelas suas relações com o marido.

A reiteração da identidade mãe também na segunda relação, na verdade, está a indicar uma redefinição da relação esposo-esposa. Certamente não se trata, nem de longe, de um questionamento da primazia "natural" do homem; nota-se, contudo, que a conversão da mulher em mãe redefine papéis. É como se a valorização dos deveres de mãe e a exaltação do amor materno viessem conferir à mulher um campo maior de ação frente ao intocável poder do marido.

Não há dúvida que o M.F. estará sempre do lado da mãe, e contra o homem, quando este pretender estender seu poder através e acima dos deveres de mãe, isto é, nas situações em que o interesse do homem entrar em choque com a "necessidade de criança": os deveres de mãe constituem-se em limite ao poder do marido.

Ao mesmo tempo, há permanente preocupação em destacar



que a mulher que mais cativará o marido e mais facilmente alcançará a felicidade conjugal é aquela que luta por ser mãe, e não aquela que se submete aos caprichos do homem e renuncia a seus deveres.

Neste sentido, embora num primeiro momento possa parecer que o ser mãe e o ser esposa constituem identidades que se opõem, por remeterem a duas fidelidades distintas, o resultado é que a oposição se resolve na identidade mãe de família: mãe e esposa.

Desta forma, a redefinição de papéis deixa intacta um elemento central da "condição feminina": a mulher permanece "alter-definida" (Salem, 1983); só que não mais exclusivamente em relação ao homem, mas também em relação ao filho. (7)

Ilustração deste complexo de relações, que configura a identidade mãe e família, é o folhetim pedagógico "Eva e Lucia, breve história de duas mães" (M.F., n.ºs 5, 7 e 11). Eis alguns conselhos dados por Lucia à amiga:

"Ah! minha irmã, tu esqueceste completamente aquelas nossas boas conversas. Deixaste-te vencer pela vaidade de teu marido, que ao ver-te tao bela, te quis apresentar em toda parte. Tu própria te deixaste seduzir por esses vãos e passageiros atrativos, e até consentiste que teu filhinho fosse amamentado por outra mulher ... Eu era a infeliz a quem consolavas, hoje creio firmemente que tudo era devido à falta do ente querido por quem velo dia e noite, a minha filhinha.... Eles, os tiranos, nossos maridos, talvez que para seu orgulho, queiram que todos lhes invejem, quando somos belas, inteligentes e sobretudo virtuosas; mas ainda assim nos consideram o objeto conquistado, mas quando são pais, eles bem compreendem a distância que nos separa na manifestação de nossos sentimentos e no cumprimento de nossos deveres comuns. Crê, minha querida, que eles até se prostrarão humildemente diante de nós quando virem os tenros lábios de nossos filhinhos sugando o nosso sangue que lhes dá a vida" (M.F., n.º 5).

O primeiro e precípuo dever da mulher é o ser mãe, mesmo que a ele se oponha a "tirania" do homem. A verdadeira mãe, a que não renuncia, tem a propriedade de conquistar seu próprio senhor e deflagrar a conversão do homem em pai.

"Por vezes seu marido lhe dizia se não era tempo de desmamar o Bebê.

- Para que, respondia ela, eu tenho tanto leite, estou forte, como vês. Bebê ainda não tem todos os dentes.

- Mas hã de ficar quase dois anos sem ires a parte alguma.
- Que me importa. Meus divertimentos sao estes. Ela, tu e os meus carinhos por ela e por ti.

Um doce amplexo era a única resposta de Augusto, que outrora um pouco leviano e folgazão, hoje concentrava toda a sua felicidade nesses dois entes. Algumas vezes as contrariedades da vida lhe enrugavam a frente, mas quando penetrava no santuário de sua família, todas as rugas desapareciam diante do angélico sorriso de sua filhinha e as ternas carícias de sua esposa ... Não havia quem falando deles não dissesse: são de veras felizes. O mesmo porém não se dava com Eva e Alfredo" (M.F., nº 11).

A mulher que se conforma ao padrão de mãe parece ser condição e garantia para a felicidade conjugal e familiar; a mülher que não cumpre os deveres de mãe compromete e desarticula a família, impede a emergência da figura do pai no marido e, portanto, é também mã esposa.

Neste quadro, a mãe de família, a mulher consagrada ao filho, ao marido e ao lar, se contrapõe a mulher cuja sociabilidade desordenada está sempre associada ao descumprimento dos deveres de mãe. No folhetim já citado encontra-se a seguinte passagem:

"- ... tua irmã faz mal em se afastar tantas vezes de junto de seu filho. Já que Alfredo teve a fraqueza de proibir que ela amamentasse e ela a maior culpa de lhe ceder ... tua irmã passa demais" (M.F., nº 7 - o grifo é meu).

Em outro artigo, a explicitação desta questão é ainda maior.

"A mulher muitas vezes desconhece a utilidade de sua intervenção no governo de uma casa, e o considera muitas vezes como um fardo ou um aborrecimento. Arrastada pelo mundo, onde a esperam rivalidades de luxo e de vaidade, torna-se frívola se já não o era por sua primeira educação... seus filhos são antes uma distração do que um dever e ela, muito tarde percebendo o pouco valor de seus sonhos, acha-se isolada no meio das obrigações fictícias que ela própria criou" ("A família", M.F., nº 13).

"Nós, mulheres, diz a personagem do folhetim, temos o nosso império no lar doméstico". Império e prisão, parece dizer o M.F., em sua guerra implacável ao "mundo":

"devem acabar para elas os prazeres efêmeros desse mundo, que



não o de seu teto, desse mundo de caluniadores que estão sempre prontos a ferir até a sua virtude" (Dr. Carlos Costa, P.M., M.F., nº 9).

Mas o "mundo" não apenas desvia a mulher de seus deveres de mãe de família, como também ameaça de terríveis perigos a saúde (mais uma vez a ciência médica corre em auxílio da mãe e pune a não-mãe).

"Ocupadas com suas costuras em bordados de que necessitam para suas roupas, acharão diferentes distrações, e não precisam de viverem para matar o tempo nas visitas, passeios, bailes e teatros que, a mais das vezes não dão prazer, e são causa de muitos sofrimentos, pois o sereno provoca bronquites, pneumonias e a fatal tísica pulmonar que constantemente vai ceifando as mimosas flores fluminenses" (Uma Mãe, "As mães de família fluminenses", M.F., nº 24) (8).

A delimitação espaço interno da família x mundo exterior não parece, entretanto, ser suficiente. Não contente em definir o espaço da casa como aquele único compatível com o ser mãe de família, nosso jornal irá mais longe, e, entrando pela casa a dentro, indicará à mulher o lugar da casa que deverá ocupar:

"para ser boa dona de casa não basta vestir-se com elegância, pentear-se bem, receber com amabilidade os convidados que vêm a sua casa. Não, é preciso também entender do seu interior. Não limitar-se unicamente a ter o salão bem arranjado e espaçado; mas toda a casa, pois não é só para aquele que devem convergir todas as vistas. Ao contrário, o salão deve ser o lugar de recreio e não o de estada habitual; esta deve ser o centro da família em seus aposentos mais particulares" (idem)

Segundo Shorter (1977), caberia à mulher criar, enquanto mãe e esposa, aquele "ninho afetivo" que englobaria marido e crianças, protegido de intrusos e invasores, sempre perigosos. Não seria exagero afirmar que o M.F. é um verdadeiro manual para a construção de "ninhos afetivos". Aquelas que seguirem atentamente as instruções, aquelas que forem verdadeiras mães, o prêmio.

"A mulher que cumpre seus deveres torna-se então o anjo tutelar de sua família, goza o bem que ela espalha em redor de si e da confiança que inspira, revive em seus filhos e netos e até seus últimos dias será honrada e estimada" ("A família", M.F., nº 13).

"Sagrados" e "sacrossantos" deveres de mãe, "anjo tutelar", eis aí expressões que absolutamente não são gratuitas. Caberia, então, interrogar-se sobre a possibilidade de sacralização da mulher-mãe. Ora, esta sacralização encontra como obstáculo uma outra figura de mulher que, sacralizada pelo sacerdócio, nega por vários aspectos a mãe de família. Audaciosamente, o M.F. partirá para o assalto ao convento, na firme convicção de que a dessacralização da freira é condição da sacralização da mãe de família. A longa passagem reproduzida abaixo dá mostras da violência do ataque:

"as predileções do sacerdócio ... pela mulher que parte os laços de família, que despreza a sua missão providencial para ir esconder no fundo de um claustro os tesouros de amor que a natureza lhe concedeu para ser a abençoada opulência do lar doméstico ... Como é isto, pois? Temos Deus de um lado e de outro a família! De um lado o isolamento da cela, a prece resmoneada a toda hora ... a longa a inútil existência decorrida entre os muros gélidos do convento ... Do outro lado os santos deveres da família, a moralização pelo amor, a educação cristã da humanidade infantil embalada no colo das mães, berço que Deus bendiz, a doce influência da mulher na sociedade, o sacrifício não menos austero, mas mil vezes mais proveitoso: o exemplo da resignação, a caridade, o consolo, o afeto! ... O ímpia contradição a que não podem esquivar-se os que ensinam às mulheres, em cuja alma atuam, o preferirem ao título sagrado de esposas do homem o título vão, e que eles imaginam de esposa de Cristo ... Eu de balde procuro Deus no gélido corredor do mosteiro ... mas encontro-o, irradiando a luz do bem, exalando da fragrância da virtude, no seio da família agrupada em torno da esposa grave" (M. Pinheiro Chagas, "A mãe de família, a freira e a irmã de caridade", M.F., nº 13).

E, desta forma completa-se a construção de um modelo, perfeito, equilibrado. Mas sobretudo inexpugnável, pois reúne, simultaneamente a razão da natureza, a razão da ciência, a razão da pátria e a razão de Deus.

5. CONCLUSÃO

Como já indiquei na Apresentação, pretendo aqui menos apresentar uma conclusão da leitura realizada que alinhar algumas reflexões que tal leitura me sugeriu. Dispensamo-nos, pois, de resumir e retomar todos os elementos que, no discurso do M.F., vão sendo acionados na construção da identidade mulher, mãe, mãe de família. Caberia apenas lembrar que, na verdade, ser mae de família aparece enquanto condição de ser mãe,



assim como o ser mãe é condição e natureza do ser mulher.

- a. A permanente preocupação com os intrusos - amas, mucamas, aias, criadas -, mulheres que exercem de fato funções associadas à alimentação e cuidado das crianças parece, num primeiro momento, associar o ser mãe à maternidade biológica. Em outros termos: na família higienizada do M.F., apesar de o ser mãe construir-se no amamentar, no cuidar, no socializar, é necessário que estes deveres sejam cumpridos pela genitora.

Nestas condições, se a ama não pode ser a mãe da criança que aleita e cuida, não lhe é impossível ser mãe. Ser mãe, aliás, é dever de todas as mulheres, dever imposto pela própria natureza; de maneira que a ama pode se converter em mãe se vier se consagrar, amamentar, cuidar e socializar seus próprios filhos, em sua própria família.

É esta a vertente do discurso que lhe permite apresentar um modelo global, indiscriminado, validado e validável para todas as mulheres.

- b. O modelo global, indiscriminado de mulher, corresponde a um tipo específico de configuração familiar: aquela individualizada e nuclear da família burguesa. A emergência desta família se dá em franco choque com o modelo de família patriarcal, que apresentaria, segundo Antonio Candido, uma dupla estrutura: um núcleo central constituído pelo casal e filhos legítimos - e uma periferia - mais fluida, que compreende agregados e escravos (Candido, 1951: 294).

De que maneira arranca, do interior da família patriarcal, a nova identidade social da mulher, correspondente à família burguesa? Penso ser necessário destacar pelo menos dois aspectos que, presentes no M.F., desempenham papel estratégico: 1º) é a partir de uma especificação da criança e de sua valorização (que é também valorização dos perigos físicos e morais que ameaçam o futuro cidadão) que emerge a individualidade da mulher em sua dimensão essencial de mãe (9); 2º) é através da dissolução das relações promíscuas que as mulheres estabeleciam, seja dentro da casa (com escravas, criadas, etc), seja fora de casa (o "mundo), que a mulher-mãe se instaura enquanto mãe de família.

Pode-se sugerir, neste sentido, que a individualização da mulher corresponde um processo através do qual ela se pu-

rifica.

- c. A verdadeira campanha contra a promiscuidade de que o M.F. é um dos porta-vozes inspira tanto a crítica médica quanto a crítica política à escravidão (10). Se o escravo em geral é um elemento de degradação da sociedade, corruptor dos costumes, não é difícil perceber que nem todos os escravos são igualmente nefastos. Há, na verdade, uma certa hierarquia de perigos, e, conseqüentemente, uma hierarquia que classifica os escravos segundo o grau de periculosidade. No cume dessa hierarquia encontra-se uma escrava: a ama.

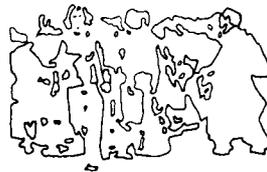
Espiã que difunde publicamente o "que se passa no interior de nossas famílias", a ama impede que se concretize o encerramento da família em si mesma. "Negra africana, estúpida, cheia de vícios, sem carinhos", ela inocula suas taras nas indefesas crianças, quando não provoca, por ignorância ou intenção criminosa, o sofrimento e a morte de "nossos filhos". Mas, sobretudo, acima de tudo, por amamentar e cuidar da criança, ocupa o espaço no qual e do qual deve emergir a mulher convertida em mãe.

Por todos estes aspectos é que expulsar a ama do interior da casa é medida de saúde pública.

- d. Neste ponto sinto-me inclinada a sugerir que a maneira pela qual esta questão está colocada no M.F. (mas não apenas nela) lança luzes sobre algumas especificidades do processo de constituição da identidade mulher-mãe-mãe de família e da própria família nuclear na sociedade brasileira do final do século XIX.

O problema é o seguinte: não deixa de ser espantoso que o discurso sobre mãe e família que encontramos entre os higienistas brasileiros seja tão próximo ao de seus inspiradores franceses. Não é necessário discorrer longamente para convencer alguém das imensas diferenças entre as sociedades brasileira e francesa à época... e, no entanto, o discurso de um Dr. Brochard aparece praticamente na pena do Dr. Carlos Costa (sem falar nos textos estritamente traduzidos). Os modelos e conceitos de família, criança, mãe acionados pelo nosso médico são praticamente os mesmos com que trabalha seu colega e mestre francês.

É de se supor que discursos idênticos em contextos sociais diversos acabem por ter eficácias distintas. E penso que isto é uma questão à qual nem sempre vem se dando a devida atenção em estudos recentes a respeito da "condição femi-



nina" no Brasil. A verdade é que a luta pela construção da mãe (que amamenta) entre nós e na França enfrenta inimigos diferentes: 'nourrice' e ama apenas formalmente podem ser tomadas como traduzíveis uma na outra, pois remetem a categorias e práticas sociais distintas.

Na França (Donzelot, 1980; Badinter, 1980; Chevalier, 1978) a criança é 'envoyée en nourrice' por praticamente todas as classes sociais urbanas; em consequência, a luta contra a 'nourrice' se apresenta como luta para que a criança se ja recolocada no seio da família e coabite com a mãe. No Brasil, é a ama que invadiu a família e a luta é pela sua expulsão.

Expulsão da ama, reincorporação da criança, eis aí dois movimentos que, apesar de legitimados por um mesmo modelo, são substancialmente diferentes. Não haveria aí uma pista para pensar a especificidade do processo de constituição da família e da mãe higiênicas entre nós? Penso que sim, sobretudo porque esta diferença lança luz sobre algo que é silenciado em todos os casos: a condição e o destino da ama/nourrice, as possibilidades para que elas também se convertam (ou não) em mãe de família.

- e. No Brasil, no M.F. pelo menos, percebe-se claramente que no combate à ama, "negra africana, estúpida", o alvo que se persegue é a "senhora". A identificação da ama e sua representação - em certo sentido, de forma análoga à especificação da criança - é mecanismo de construção da identidade mulher, mãe, mãe de família. Apesar de mulheres, as amas não são objeto do discurso enquanto mulher, mas enquanto obstáculo a ser eliminado.

Hã, aí, uma armadilha que, embora ainda não saiba exatamente como, penso ser necessário desarmar. Aceitar os limites da representação que se faz o M.F. da mulher e da mãe, aceitar que a ama, que a escrava doméstica são apenas objetos táticos a serviço da construção estratégica da nova identidade de mulher significaria obscurecer o fato de que tal estratégia se funda precisamente na eliminação/exclusão de um grande grupo de mulheres.

Em outras palavras, penso ser importante destacar que, entre nós, o ser mulher se constrói numa dupla contraposição: 1º) contraposição ao ser homem; 2º) contraposição a uma outra.

Nos dois casos estamos diante de relações encompassadas. Assim como o gênero mulher é encompassado pelo homem (espécie-gênero), penso ser possível dizer que o sub-gênero não-mãe é encompassado pela Mulher-mulher (gênero-sub-gênero).

Homem (espécie)

homem (gênero) mulher (gênero)

Mulher (gênero)

mulher-mãe (sub-gênero) não mãe (sub-gênero)

Na primeira relação temos expressa a idéia de que a mulher/gênero participa da espécie Homem, mas não da identidade de homem/gênero. Na segunda relação temos expressa a idéia, análoga, de que a não mãe/sub-gênero participa do gênero Mulher, mas não da identidade mulher-mãe.

A escrava/ama, pela sua condição de escrava, contrapõe-se aos "senhores" como coisa à pessoa. Por outro lado, enquanto ama-não mãe contrapõe-se à senhora/mulher-mãe. Ser mulher pressupõe, legal e objetivamente, condições que estão 'ab initio' negados pela condição de escrava: ter família nuclear - na qual sejam exercidos os deveres de mãe e de esposa. Deveres que, não se pode esquecer, não são exercidos de forma aleatória e arbitrária, mas segundo preceitos e padrões que garantam a ditosa congregação das necessidades ou interesses da criança, da mãe, do marido, da família e da pátria.

f. Assim, a exclusão da escrava-ama da família tem dupla dimensão. Por um lado, é expulsão pura e simples da família em constituição; por outro lado, exclusão da identidade mulher que emerge. Fora da família, porque obstáculo a que a "senhora" se converta em mãe; sem família, porque incapacitada de cumprir o conjunto de deveres de mãe.

A escrava-ama é erigida em referente diferencial na própria construção da identidade mulher-mãe, identidade que pressupõe não apenas o gênero feminino, mas também o ser livre. Isto permitira ler a oposição mulher-mãe x escrava-ama, num primeiro momento, como outra oposição mulher livre mãe de família x escrava sem família. A escrava seria, apesar de sua fisiologia, uma não mulher (11).

Ser mulher é, pois, atributo de classe e, nos marcos da



sociedade brasileira da época, atributo também de raça.

- g. Acredito, no entanto, que essa linha demarcatória, entre a senhora mãe de família e a escrava-não mãe, não é a única possível. Entre a mulher e a não mulher encontra-se uma representante do sexo feminino que, não obstante compartilhar da condição de livre - o que a opõe à escrava não mulher -, não se conforma ao modelo que identifica a mãe de família: trata-se da mulher livre pobre.

A mulher pobre não se encontra, por princípio, excluída da possibilidade de ter família; apresenta-se contudo, incapaz de desempenhar nesta família todos os papéis-deveres que fariam dela mulher-mãe de família.

A mulher pobre parece estar situada a meio caminho entre a mulher e a não mulher, fadada e ser quase mulher. Saindo das oposições claramente demarcadas, entra-se numa situação em que as modulações são infinitas. O que se poderia supor é que, nesta situação instável, cada quase mulher será investida de uma maior ou menor valorização conforme se aproxime mais ou menos de um dos polos referenciais.

Da mesma maneira, a família da mulher pobre é uma quase família, pelo menos sob a ótica da família higiênica modelar. Quase família, quase mãe, quase mulher, é o que aponta a passagem seguinte:

"nas famílias operárias a pobre mãe operária é muitas vezes obrigada a abandonar seus filhos e a trabalhar sob pena de ver aparecer em sua mansarda o espectro da fome" (K. Vinelli, "A creche", M.F., nº 1 - citação do Padre Ansault).

Obrigação a trabalhar pelo seu sustento e o dos filhos, e portanto exercendo uma função que na verdadeira família cabe ao homem, a mulher pobre está irremediavelmente impossibilitada de cumprir seus deveres de mãe. Assim, sua família é defeituosa - quase família - sob dois pontos de vista: o homem está ausente (ou não dá conta de suas funções) e, consequentemente, a mulher não é mãe de família.

A simpatia que sugere o tratamento desta questão por parte do M.F. não é suficiente para fazê-lo esquecer que o modelo higiênico não pode ser abandonado.

"Quem poderia defender-se da dolorosa emoção vendo-a arrancar da pela mão de ferro da necessidade de seu lar e de seus fi-

lhinhos" (idem).

Nem mesmo a maior emoção é capaz de vencer a razão higiênica.

"Deixemos a mulher no lar doméstico, de que ela é a rainha e o encanto mais poderoso, que ela aĩ crie seus filhos, os edu que na religião e na honra e de noite, quando o marido volta fatigado do trabalho do dia, que ela enxugue seu rosto banhado de suor e o console com seu sorriso" (idem).

O que fazer, então? A única solução é institucionalizar esta situação de quase mulher e quase família, através do artifício da creche. Esta proposta busca reforço na então recente promulgação da Lei do Ventre Livre:

"nas atuais condições em que se acha o nosso país depois da normalizadora e humanitária lei de 28 de setembro de 1871, em virtude da qual nele não nasce mais um só escravo ... agora que graças à iniciativa do governo e também dos particulares em pequena escala, com a emancipação da escravatura vai desaparecendo o vergonhoso estigma que a civilização repele e abomina, um grande número de mulheres, que quando escravas trabalhavam para seus senhores, que por sua vez eram obrigados a lhes dar alimentação, domicílio e vestuário, a cuidar de sua saúde e da de seus filhos, ganhando a liberdade, vêm-se não poucas vezes abandonadas, com filhos pequenos, que ainda mamam, sem ter quem os sustente, na indeclinável e urgente necessidade de procurarem pelo trabalho, ganhar os meios da própria subsistência e da dos filhos e em muitos casos sem podem consegui-lo porque a isto os impedem como obstáculo insuperável os filhos pequenos que elas não têm a quem confiar... Não há senhora alguma, que ignore a extrema dificuldade senão impossibilidade que encontra uma criada, por exemplo, em alugar-se quando traz consigo um filho a quem amamenta" (idem).

Declaração inequívoca que a sobrevivência física destas mulheres está associada à renúncia absoluta àquilo que constitui a "única missão", o "sagrado dever", em síntese, a renúncia ao ser mulher. Ali onde há filhos mas não há mãe, este o espaço a ser ocupado pela instituição creche.

"No Brasil, ainda não existe a creche; entretanto sua necessidade me parece palpitante, sobretudo nas atuais condições em que se acha o nosso país depois da moralizadora e humanitária lei de 28 de setembro de 1871 ... Ela (a escrava) vai pois (trabalhar)! Mas seus filhinhos? O que lhes sucede?... Uns são confiados a mulheres que pobres também e morando em



miseráveis casebres pedem, para guardá-los e dar-lhes mesquinha alimentação, uma quantia relativamente considerável, outros são abandonados à guarda dos irmãos e irmãs, quase da mesma idade e assim ficam expostos a toda sorte de perigos Possa esse fato e muitos outros idênticos convencer os nossos leitores da necessidade nas grandes cidades, como a nossa, das creches e das vantagens físicas e morais que tais estabelecimentos oferecem para a criação dos filhinhos dos pobres operários" (idem).

Dirigido às mães de família, e não aos "pobres operários", um texto sobre creche constitui, na verdade, um interessante referencial de contraposição (mais um): somente a miséria pode justificar o não ser mãe. E, neste sentido, a quase mulher e a quase família participam também do processo de construção da identidade mãe de família:

"decerto a mãe que pode criar seu filho, abrigá-lo em seus braços em todos os momentos necessários, tratar dele de contínuo, fazer cessar o choro dando-lhe o seio, agasalhá-lo em seu colo; em uma palavra: prestar-lhe todos os cuidados e carinho com aquele desvelo que só uma mãe zelosa e amante sabe empregar, essa mãe não mandará seu filho à creche, porque para ela não foi felizmente criado esse estabelecimento" (idem).

- h. O circuito está fechado, as identidades estabelecidas, os lugares designados. Para a mulher convertida em mãe de família os deveres do lar, para a "pobre operária" convertida em quase mulher o trabalho. Mundo feminino reorganizado, redefinido; mundo masculino reafirmado.

NOTAS

1. A respeito do lugar ocupado pelo Dr. Brochard no movimento que, na França, desenvolve a "campanha pelo amor materno", v. Baidinter (1980). Segundo essa autora, essa campanha encontra suas origens teóricas em Rousseau, com o seu Emile, em 1762, que "cristaliza as idéias novas e dá o pontapé inicial à família fundada sobre o amor materno" (p. 42). Até então, e é também a tese de Artes (1978), não existia nenhum sentimento da especificidade da infância.
2. Poderia aqui insistir no papel estratégico que se reserva o médico, único dotado do saber que permitiria a plena realização

do atributo inato que é o "amor materno". Isto, no entanto, não somente escaparia a nosso objetivo, como já foi cuidadosamente tratado por Costa (1979).

3. Cf., também, o folhetim "Eva e Lúcia - breve história de duas mães", que será comentado mais adiante.
4. "Não cessarei de dizer que os deveres de mãe são bastante sérios e que por motivo algum devem ser esquecidos pelos prazeres mundanos" (Dr. Carlos Costa, P.M., M.F., nº 9).
5. Costa (1979:122) desenvolve essa idéia ao falar da inversão do significado do escravo operada pelos higienistas: "De animal útil ao patrimônio e à propriedade, ele tornou-se 'animal' nocivo à saúde ... A escrava foi usada contra a mulher, como objetivo de culpá-la e torná-la responsável pela infelicidade, doença e morte dos filhos".

Caberia registrar que este é, seguramente, apenas um dos aspectos da questão, pois, de fato, em várias ocasiões, a escrava doméstica dará razão ao higienista e manifestará sua resistência à condição em que está colocada (v. Giacomini, 1982).
6. Como observa Costa (1979:258), parece haver uma preocupação em evitar que dispensada da amamentação, a mulher se isente completamente de seus deveres de mãe.

A respeito do caráter disciplinar do dever de amamentar, observa este autor: "A mãe deveria compulsoriamente amamentar porque esta tarefa, além de proteger a vida dos filhos, regulava a vida da mulher. A mulher que não amamentasse isentava-se automaticamente de uma ocupação indispensável à redefinição de seu lugar".
7. Eu sugeriria que do espaço conquistado pela mulher, enquanto mãe, frente ao homem, quase nada lhe resta, visto que é ocupado pelo filho.
8. "A correlação entre mundanismo e doença teve um papel fundamental na domesticação da mulher. Fazendo do 'excesso social' causa de enfermidade físico-moral, a higiene obrigava-a a amamentar os filhos" (Costa, 1979: 269).
9. Sobre o "sentimento da infância" e o "sentimento de família", v. Artes (1978: 223). "Esse sentimento de família - está muito ligado também ao sentimento de infância ... Ora, esse sentimento tão forte se formou em torno da família conjugal, a família formada pelos pais e seus filhos ... Ele afasta-se cada vez mais das preocupações com a honra de linhagem ou com a in



tegridade do patrimônio, ou com a antiguidade ou permanência do nome: brota apenas da reunião incomparável dos pais e dos filhos".

10. "A condenação médica à escravidão fundamentava-se nas mesmas razões da crítica política: a degradação dos costumes. Os males que se emprestavam aos escravos eram infinitos" (Costa, 1979: 124).
11. Fico me perguntando se, por essa linha de raciocínio, não se poderiam compreender as representações, tão recorrentes em nossa literatura sobre escravidão, de uma rivalidade latente - "de mulher com mulher", diria Freitas (1980) - entre a senhora e a escrava.
12. Notável, neste sentido, o enredo sobre o qual se constrói o conhecido romance A Escrava Isaura. Ao longo do romance assiste-se à desarticulação total de comportamentos das mais variadas personagens quando colocados diante desta verdadeira aberração que é a escrava branca, bela, virtuosa e educada (Guimarães, 1981).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARIÈS, Philippe. 1978. História social da criança e da família. Rio de Janeiro, Zahar.
- BADINTER, Elisabeth. 1980. L'amour en plus (histoire de l'amour maternel XVII-XIX^e siècle). Paris, Flammarion.
- CANDIDO, Antonio. 1951. "The Brazilian Family". In: Smith, T.L. Brazil, portrait of half a continent. New York, The Dryder Press.
- CHEVALIER, Louis. 1978. Classes laborieuses et classes dangereuses à Paris, pendant la première moitié du XIX^e siècle. Paris, Librairie Générale Française.
- CONRAD, Robert. 1975. Os últimos anos da escravatura no Brasil. Rio de Janeiro/Brasília INL.
- COSTA, Jurandir Freire. 1979. Ordem médica e norma familiar. Rio de Janeiro, Edições Graal.
- DONZELOT, Jacques. 1980. A polícia das famílias. Rio de Janeiro, Edições Graal.

- FREYRE, Gilberto. 1980. Casa-grande e senzala. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro/Brasília, José Olympio/INL.
- GIACOMINI, Sonia Maria. 1982. Mulher e Escrava. Uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil. Rio de Janeiro, mimeo. (Relatório de Pesquisa. Fundação Carlos Chagas).
- GUIMARÃES, Bernardo. 1981. A escrava Isaura. São Paulo, Ática.
- HASENBALG, Carlos A. 1979. Discriminação e desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro, Edições Graal.
- LUSTIG, Silvia. 1981. Relações mãe-filho no "Suplemento Feminino" do jornal "O Estado de São Paulo" (1953 - 1980). São Paulo, mimeo. (Relatório de pesquisa. Fundação Carlos Chagas).
- SALEM, Tania. 1983. O século XVIII e a nova moral familiar: o discurso rousseauiano. Rio de Janeiro, mimeo, (PPGAS).
- SHORTER, Edward. 1977. Naissance de la famille moderne. Paris, Le Seuil.
- SODRÉ, Nelson Werneck. 1966. A história da imprensa no Brasil. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira.

ABSTRACT - THE CONVERSION OF WOMAN INTO MOTHER: A CRITICAL READING OF "MÃI DE FAMÍLIA" - Directed to "Brazilian ladies", the newspaper "Mãe de Família" (housewife), Rio de Janeiro, Brazil, 1879-1888, carries articles with an ethical-normative character in which the apparent centrality of the child is called down to allow the emergence of the category mother. The process of individualization at the interior of the family and the access to social valorization of the woman are inextricably tied to maternity, understood as a set of mother's duties. The emergence of the mother as an identity re defines a set of relations and constitutes the axis over which a new family is created. "Mãe de Família" constructs a female role model in which the recurrent differentiation between the lady and the slave/proletarian woman suggests, in spite of the model's pretention of universality and validity for all women, that it actually constitutes an attribute of upper-class women, becoming at the same time a sign of social and cultural differentiation.